

CARTOGRAFANDO ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO À LGBTFOBIA NA ESCOLA: A CONTRIBUIÇÃO DA SECADI/MEC NA ERA LULA (2003-2010)

Luciano Marques da Silva^{1*}, Sandra Regina Sales²

1. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da UFRRJ.
2. Pesquisadora e professora do Departamento de Educação e Sociedade da UFRRJ.

Resumo:

O objetivo deste trabalho é cartografar o material didático financiado e sistematizado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) na Era Lula (2003-2010) enquanto ações estratégicas de enfrentamento à LGBTfobia na escola.

Este debate se insere no âmbito dos estudos de gênero e de sexualidade de onde, segundo Louro (2004), podemos identificar duas grandes perspectivas teóricas. A primeira se refere aos estudos no contexto das políticas de identidade, que privilegiam a perspectiva pós-estruturalista, os estudos culturais e os estudos feministas. A outra se aproxima da política pós-identitária ligada à teoria *queer*.

Construir uma cartografia de gênero para a escola se configura numa estratégia de enfrentamento à violência sofrida por determinados alunos, assim como às ações vêm sendo feitas, em várias partes do mundo, por grupos reacionários que cunharam a “ideologia de gênero”.

Palavras-chave: Gênero; diversidade sexual na escola; SECADI.

Apoio financeiro: CAPES / Demanda Social.

Introdução:

A partir da década de 90, gênero substituiu os estudos sobre as condições femininas [incluindo] temas mais amplos, como discussões sobre masculinidade, homossexualidade e transexualidade. O conceito mais usual de gênero aponta para estudos baseados no binômio sexo/gênero, entendendo sexo como a representação da natureza, por tratar-se da anatomia e da fisiologia, enquanto gênero representaria as forças sociais, políticas e institucionais. Seriam essas forças que moldam os comportamentos e os significados do que é feminino e masculino (RIBEIRO e GONÇALVES, 2014).

A proibição do debate de gênero na escola, amplamente publicizada, levou-nos a pensar sobre se realmente a escola brasileira

se furta o direito de problematizar e sistematizar tal debate. Para início de conversa, basta um clique na página do Ministério da Educação, para ter acesso a um vasto material didático que possibilita aos professores algum tipo de informação e formação sobre o debate de gênero.

Assim, este trabalho vai priorizar a descrição dos conteúdos sistematizados nestes materiais tentando entender quais os conceitos, as demandas e as perspectivas que o olhar científico oferece à escola no que se refere ao enfrentamento das violências múltiplas sofridas por alunas e alunos em toda diversidade da instituição escolar.

Metodologia:

Cartografar gênero e diversidade sexual na escola, como política educacional, só foi possível porque há fácil acesso a toda uma produção de conteúdo sobre essas questões. Bastou entrar na página do MEC e baixar os arquivos referentes ao tema. É preciso, claro, estar familiarizado com essa política pública de gênero e diversidade, o que me foi possibilitado dentro da universidade, através da extensão e da pesquisa, assim como a partir do movimento social LGBT.

Selecionamos metodologicamente essas iniciativas porque elas representam estratégias políticas do Ministério da Educação (MEC) voltadas à valorização das diferenças e também pelo fato de serem de fácil acesso. Representa também uma forma de enfrentar a denominada iniciativa de dizer que o trabalho com gênero na escola é “ideologia de gênero”.

De acordo com Junqueira (2017, p. 25), essa iniciativa reacionária de dizer ideologia de gênero se configura como uma categoria de percepção, classificação, hierarquização, marginalização e estigmatização de um trabalho de educação em sexualidade. Para o teórico, essa iniciativa também é uma forma de ativismo religioso reacionário que encontrou no gênero o principal mote de mobilização.

Podemos dizer que o material disponível na web, que compõe esta cartografia, está dividido em duas categorias:

a) divulgação científica, através de artigos e b) cursos a distância. Podemos descrever, dessa forma, os seguintes documentos de divulgação científica.

O primeiro material é: “Educação como exercício de diversidade” (BRASIL, 2005) e traz apenas um artigo de Anderson Ferrari intitulado “Revisando o passado e construindo o presente: o movimento gay como espaço educativo”.

O segundo: “Olhares Feministas” (BRASIL, 2006) traz três artigos: “Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo” de Fúlvia Rosemberg; 2) “Imagens femininas e masculinas no livro didático: subsídios para um debate teórico-metodológico” de Mara Rúbia Alves Marques; e 3) “O fracasso escolar de meninos e meninas: articulações entre gênero e cor/raça” de Marília Pinto de Carvalho.

O terceiro: “Gênero e diversidade sexual na escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos” (BRASIL, 2007) é todo dedicado ao tema gênero e diversidade na educação. O quarto: 4) “Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas” (BRASIL, 2009a) também dedica todas as discussões aos temas aqui em debate.

Os outros dois documentos pertencem à categoria cursos a distância e são: “Gênero e Diversidade na Escola – GDE: formação de professores e professoras em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais” (BRASIL, 2009b) e “Gestão de políticas públicas em gênero e raça – GPP – GeR” (BRASIL, 2010).

Resultados e Discussão:

O conjunto de seis livros, no formato pdf, permite que aprendamos muito. Ao abrir o debate, podemos visualizar o comprometimento do ministério, e suas secretarias, com o movimento social. O tempo todo, os atores dos movimentos de mulher, LGBT, negras e negros, entre outros, são chamados a construir e estruturar discussões que nos levem a pensar sobre o gênero e a diversidade sexual.

O termo “gênero” parece ter feito sua aparição inicial entre as feministas americanas que queriam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual” (SCOTT, 1995).

No Brasil, o estudo de gênero é potencializado por Louro (1997) que nos ensina que o conceito de gênero está ligado

ao movimento feminista contemporâneo conhecido com “segunda onda” que se dá no final dos anos 1960 a partir de preocupações sociais e políticas em torno da opressão da mulher. Vale dizer que essas perspectivas em torno da opressão da mulher já na segunda metade do século XX diferem da “primeira onda” do movimento feminista que se deu no início do século em questão e estava relacionada à luta pela direito ao voto, à organização da família, à oportunidade de estudo e ao acesso das mulheres a determinadas profissões.

Vale ressaltar ainda que tais demandas eram demandas de mulheres brancas de classe média. Hooks (2015, p. 193) afirma que o feminismo não surgiu das mulheres que são mais vitimizadas pela opressão machista, das mulheres agredidas todos os dias, mental, física e espiritualmente, as que são impotentes para mudar sua condição na vida (hooks, 2015, p. 193). Toda essa potência teórica nos é oferecida pelo material que se divide entre essas duas categorias: informar e formar. Primeiro informa, através dos artigos e da construção dialógica do debate; depois, forma, tentando sistematizar, certificar e construir, enfim, o aparato teórico necessário para os professores, principalmente.

Podemos entender que essas duas categorias: informar e formar, que os materiais da SECADI no propõem, sinalizam o que Fleuri (2003, p. 1) denomina de reconhecimento da multiculturalidade que ganhou relevância social e educacional. Entendendo esse multicultural, como uma perspectiva intercultural e, diante disso, assimilar tal conceito como aponta Oliveira (2015) associando o conceito freireano de dialogicidade para trazer para o centro da escola e do debate educacional demandas daqueles sujeitos que historicamente sempre estiveram de fora das políticas públicas de educação. Assim, dialogar com a comunidade potencializada pelo debate de gênero é pensar novas formas de acolher mulheres e LGBT, principalmente.

Conclusões:

Esse material oferecido pelo Ministério da Educação, no período entre 2003-2010, configura-se como política de enfrentamento à LGBTfobia porque centraliza o debate na desconstrução da velha ideia da sexualidade a partir da base biológica. Somos introduzidos num movimento de dissociar sexo, gênero, orientação sexual e identidade de gênero. Um movimento importantíssimo que nos aproxima da diversidade humana que também se faz presente na escola.

Não podemos deixar de pensar em outras cartografias a serem construídas no sentido de nos armarmos de material gratuito, amplamente disponibilizados, tais como as contribuições das Nações Unidas, por meio do Alto Comissariado para Direitos Humanos que já vem sinalizando aos países membros que abordem a questão de gênero, assim como questões que estruturam políticas públicas com base nas demandas de orientação sexual e identidade de gênero.

Vale recuperar também o movimento anterior à Era Lula, que tem nos Parâmetros Curriculares Nacionais de Temas Transversais, com destaque para o de Pluralidade Cultural e Orientação Sexual, de 1997, que já sinalizavam no país a urgência de um debate de gênero para além da perspectiva biológica que os temas como gravidez na adolescência e as Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs).

Não se pode deixar de fora, uma cartografia que dê conta das iniciativas das instituições federais de ensino, assim como outras instituições estaduais, que estruturam cursos, seminários e uma produção científica de extrema importância nessa luta contra todas as formas de discriminação, sejam elas de raça, classe, orientação sexual e identidade de gênero. Essas cartografias se fazem necessária porque a escola não pode ficar passiva diante da violência que historicamente passam determinados alunos, que também constroem este país e que devem ter garantidos seus espaços de direito, principalmente o de estudar.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. Educação como exercício de diversidade. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2005.

_____. Olhares feministas. Hildete Pereira de Melo, Adriana Piscitelli, Sônia Weidner Maluf, Vera Lucia Puga (Orgs.). Brasília: MEC/UNESCO, 2006.

_____. Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos. Ricardo Henriques, Maria Elisa Almeida Brandt, Rogério Diniz Junqueira e Adelaide Chamusa (Orgs.). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007.

_____. Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas / Rogério Diniz Junqueira (organizador). – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009a.

_____. Gênero e diversidade na escola - GDE: formação de professores e professoras em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de Conteúdo. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009b.

_____. Gestão de políticas públicas em gênero e raça – GPP – GeR: módulos I e II. Orgs. Maria Luiza Heilborn, Leila Araújo, Andreia Barreto. Parceria: SPM, SEPPIR, IPEA, UNIFEM, CLAM/IMS/UERJ e MEC (Ministério da Educação). Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

FLEURI, Reinaldo Matias. Intercultura e educação. Revista Brasileira de Educação, n. 23, 2003.

HOOKE, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. Black women: shaping feminist theory. Revista Brasileira de Ciência Política, 2015. n. 16.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária ou a promoção dos direitos humanos se tornou uma ameaça à “família natural”? In.: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes. Debates contemporâneos sobre educação para a sexualidade. Rio Grande: Editora da FURG, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 6. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de Oliveira. Paulo Freire: gênese da educação intercultural no Brasil. Curitiba: Editora CRV, 2015.

RIBEIRO, Ana Paula Alves; GONÇALVES, Maria Alice Rezende. Questões de étnicas e de gênero. Volume único. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2014.

VARELA, Cristina Monteggia; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Educação para a sexualidade: a constituição de um campo conceitual. In.: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes. Debates contemporâneos sobre educação para a sexualidade. Rio Grande: Editora da FURG, 2017.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Educação e Realidade. Versão revisada com consulta ao original inglês. v. 20, n. 2, jul./dez., 1995.